

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

GESTÃO DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

GESTÃO DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

DISCIPLINA:
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTRATÉGICA - PLANEJAMENTO, FERRAMENTAS E IMPLANTAÇÃO
RESUMO
Planejamento é fundamental para qualquer atividade, seja ela pessoal ou organizacional. Começamos nosso dia planejando as atividades que precisamos executar, para podermos organizar nossa agenda e não perdermos nossos compromissos. Esse simples planejamento inclui determinar quais as atividades que temos para realizar naquele dia, ajustar os tempos para a realização de cada tarefa (incluindo as que não são nosso foco – como pegar ônibus, ou calcular o tempo que perdemos parados no trânsito). Temos também que pensar quais são as prioridades, definir previamente se precisamos levar algum item para atividades diferenciadas (por exemplo: para à faculdade, precisamos levar o material de estudo; para a academia temos que levar a roupa de ginástica etc.), e ainda os custos: quanto preciso levar para transporte, alimentação, entre outros.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO MISSÃO VISÃO VALORES OBJETIVOS
AULA 2 INTRODUÇÃO PLANO DE AÇÃO – 5W2H MATRIZ GUT PLANEJAMENTO POR CENÁRIOS MODELO DAS CINCO FORÇAS DE PORTER
AULA 3 INTRODUÇÃO MATRIZ BCG MATRIZ GE-MCKINSEY CANVAS BALANCED SCORECARD (BSC)
AULA 4 INTRODUÇÃO CONTROLE E VERIFICAÇÃO EFETIVIDADE DO PLANEJAMENTO VANTAGENS DE SE CONSTRUIR UM BOM PLANEJAMENTO LIMITAÇÕES DO PLANEJAMENTO
AULA 5 INTRODUÇÃO PLANEJAMENTO PÚBLICO NO BRASIL PLANO PLURIANUAL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

AULA 6

INTRODUÇÃO

ESTABELECIMENTO DE OBJETIVOS NO PLANEJAMENTO PÚBLICO

O PERFIL DO GESTOR PÚBLICO PARA O PLANEJAMENTO

BENEFÍCIOS DO PLANEJAMENTO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

DIFICULDADES DO PLANEJAMENTO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

BIBLIOGRAFIAS

- COMPONENTES estratégicos. Serpro – Estratégia Empresarial, 2018. Disponível em: <http://www.serpro.gov.br/menu/quem-somos/governancacorporativa/estrategia-empresarial>.
- MINAS GERAIS. Ministério Público. Missão, visão e valores. Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/conheca-o-mpmg/planejamento-institucional/missaovisao-e-valores/>.
- HILL, C. W. L.; JONES, G. Strategic Management: An Integrated Approach. Boston: Cengage Learning, 2012.

DISCIPLINA:

GESTÃO DE CONFLITOS

RESUMO

A famosa frase de Aristóteles diz que “somos seres sociais por natureza”, assim, precisamos ter contato com outras pessoas, e por isso mantemos relações sejam elas afetivas, profissionais, familiares entre outras. Entretanto, nem sempre esse contato é harmonioso, pois cada ser humano é único, ou seja, as pessoas são diferentes, com visões de mundo e formas de conceber a vida desiguais. Com isso, o conflito pode aparecer e existe a necessidade de ser solucionado e/ou controlado. O primeiro passo é identificar o conflito e suas influências, que podem ser tanto negativas como positivas. Muitas vezes, quando ouvimos a palavra conflito, normalmente a classificamos como algo negativo, mas veremos adiante que, em alguns casos, o conflito pode ser positivo. Além disso, serão abordados alguns conceitos, características, histórico e a visão do RH no Brasil.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

A TEORIA EVOLUTIVA DOS CONFLITOS AO LONGO DA HISTÓRIA

A GESTÃO DE CONFLITOS COMO MEIO DE PACIFICAÇÃO NOS AMBIENTES

CORPORATIVOS: SURGIMENTO E ESTRUTURAÇÃO

TIPOS DE CONFLITOS, NÍVEIS DE GRAVIDADE E FORMAS DE ADMINISTRÁ-LOS

A RESPOSTA AO CONFLITO CORPORATIVO NO BRASIL – VISÃO VOLTADA AO RH

AULA 2

INTRODUÇÃO

NEGOCIAÇÃO DE CONFLITOS COMO MÉTODO DE RESOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS

CONCILIAÇÃO COMO MÉTODO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

MEDIAÇÃO DE CONFLITOS E OS SEUS PRINCIPAIS ASPECTOS

ARBITRAGEM COMO MÉTODO DE SOLUÇÃO

AULA 3

INTRODUÇÃO

TECNOLOGIA, O SURGIMENTO DE NOVOS PARADIGMAS CONFLITUAIS E NOVAS FORMAS DE ACESSO À JUSTIÇA

A PRÁTICA DA AVALIAÇÃO NEUTRA (NEUTRAL EVALUATION) E FACILITAÇÃO DE DIÁLOGOS

A IMPLEMENTAÇÃO DE COMITÊS INTERNOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

FORMAÇÃO DE MEDIADORES E GESTORES MEDIADORES DE CONFLITOS

CORPORATIVOS: A VISÃO DA ÁGUA

AULA 4

INTRODUÇÃO

A CULTURA DA PAZ COMO UM ELEMENTO A SER IMPLEMENTADO NO AMBIENTE CORPORATIVO

O CLIMA ORGANIZACIONAL NAS CORPORAÇÕES E A RELAÇÃO COM O

ADOECIMENTO NO TRABALHO

O RH COMO INTERLOCUTOR E SEU PAPEL NA MEDIAÇÃO E PACIFICAÇÃO DOS CONFLITOS

GESTÃO DE CONFLITOS CORPORATIVOS COMO UM DESAFIO ORGANIZACIONAL: DA TEORIA À PRÁTICA

AULA 5

INTRODUÇÃO

PRINCIPAIS ASPECTOS E A APLICABILIDADE DA TEORIA DOS JOGOS (TEORIA DO EQUILÍBRIO DE JOHN NASH)

A TRANSFORMAÇÃO PELA MEDIAÇÃO DOS CONFLITOS: A PRÁTICA DA MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA

A NEGOCIAÇÃO COMO FERRAMENTA DOS CONFLITOS ORGANIZACIONAIS: PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS

INTELIGÊNCIA EMOCIONAL – HABILIDADE DO GESTOR NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

AULA 6

INTRODUÇÃO

CONCILIAÇÃO COMO MÉTODO DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

A PRÁTICA DA MEDIAÇÃO PELO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

ARBITRAGEM: UMA ANÁLISE PRÁTICA A RESPEITO DA SUBMISSÃO DE UM

CONFLITO TRABALHISTA À ARBITRAGEM

CONCLUINDO

BIBLIOGRAFIAS

- SANTOS, M. L. dos. Resolução de conflitos: dialogando com a cultura de paz e o modelo multiportas (livro eletrônico) Curitiba: Intersaberes, 2020.
- SERRER, F.; CESAR LUCAS, D. Teoria da complexidade e os conflitos intersubjetivos: novos olhares acerca das divergências de interesses. v. 10, n. 28, p. 377-381, 2020.
- VASCONCELOS, C.E. de. Mediação de conflitos e práticas restaurativas. São Paulo: Método, 2017.

DISCIPLINA:

TECNOLOGIAS APLICADAS À SEGURANÇA PÚBLICA

RESUMO
A tecnologia permeia nossas vidas. Diariamente, utilizamos diversas tecnologias, seja no trabalho, no lazer, na comunicação com as pessoas, nos estudos e, evidentemente, em nossa segurança, seja pessoal ou pública. O domínio sobre as aplicações e a compreensão de suas limitações trará ao profissional de segurança pública a capacidade de análise necessária para posicionar-se diante das demandas diárias da sociedade.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO MONITORAMENTO E VIDEOVIGILÂNCIA TECNOLOGIAS DE COMPRESSÃO ANÁLISE DE CONTEÚDO DE VÍDEO ARMAZENAMENTO DE IMAGENS
AULA 2 INTRODUÇÃO SOFTWARES DE APOIO INVESTIGATIVO BIG DATA E ANÁLISE DE DADOS OPERAÇÕES COM DRONES CONTRAMEDIDAS E RADARES DE PROTEÇÃO
AULA 3 INTRODUÇÃO CONTRAMEDIDAS TECNOLÓGICAS AS REDES SOCIAIS E APLICATIVOS A INTERNET DAS COISAS (IOT) APLICANDO SOLUÇÕES
AULA 4 INTRODUÇÃO FUSÃO DE DADOS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICATIVOS MÓVEIS PLATAFORMAS DE INTEGRAÇÃO CENTROS DE OPERAÇÕES E INTELIGÊNCIA
AULA 5 INTRODUÇÃO FERRAMENTAS DE MINERAÇÃO DE DADOS DEEP LEARNING APLICAÇÕES NA SEGURANÇA PÚBLICA ESTUDO DE CASOS
AULA 6 INTRODUÇÃO BIOMETRIA FACIAL E A MULTIDÃO RASTREAMENTO DE ATIVOS E PESSOAS PLATAFORMAS DE GESTÃO CONCLUSÃO

BIBLIOGRAFIAS

- ALMEIDA, C. A. B. Tecnologias aplicadas à segurança: um guia prático. Curitiba: InterSaberes, 2018.

DISCIPLINA:

SEGURANÇA PÚBLICA E O CRIME ORGANIZADO

RESUMO

O crime organizado é um fenômeno inerente à socialização humana. A partir do momento que o homem se reúne com outros, objetivando a comunhão de esforços para a busca dos fins pretendidos, e esses fins se mostram ilícitos, nasce o crime organizado.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

AS PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS

COMPARAÇÕES COM OUTROS TIPOS DE CRIMINALIDADE

CRIME ORGANIZADO E OUTRAS FORMAS DE DELINQUÊNCIA

CARACTERÍSTICAS ESPECIALIZADAS NO ENFRENTAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS

AULA 2

INTRODUÇÃO

O TRATAMENTO PELA LEGISLAÇÃO ESTRANGEIRA

CRIME ORGANIZADO NO CENÁRIO INTERNACIONAL E REGIONAL

DIREITOS HUMANOS E O DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO

INTRODUÇÃO À ATUAL LEGISLAÇÃO – LEI N. 12.850/2013

AULA 3

INTRODUÇÃO

O CRIME ORGANIZADO POR NATUREZA: CAUSAS DE AUMENTO PENA E A PARTICIPAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

O CRIME DE IMPEDIMENTO OU EMBAÇAMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL

CRIMES OCORRIDOS NA INVESTIGAÇÃO E NA OBTENÇÃO DE PROVA

INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E CONSEQUÊNCIAS NO PLANO PROCESSUAL

AULA 4

INTRODUÇÃO

A PRODUÇÃO DA PROVA

DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A LEGISLAÇÃO DO CRIME ORGANIZADO

MEIOS DE PROVA PROPRIAMENTE DITOS: A COLABORAÇÃO PREMIADA NA REPRESSÃO AO CRIME ORGANIZADO

MEIOS DE PROVA PROPRIAMENTE DITOS: CAPTAÇÃO AMBIENTAL DE SINAIS ELETROMAGNÉTICOS, ÓPTICOS OU ACÚSTICOS

AULA 5

INTRODUÇÃO

MEIOS DE PROVA: ACESSO A REGISTRO DE LIGAÇÕES TELEFÔNICAS E TELEMÁTICAS

MEIOS DE PROVA: INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA E TELEMÁTICA

MEIOS DE PROVA: AFASTAMENTO DO SIGILO DE DADOS FINANCEIROS,
BANCÁRIOS E FISCAIS
MEIOS DE PROVA: COOPERAÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES

AULA 6

INTRODUÇÃO
A PROVA TESTEMUNHAL E O INTERROGATÓRIO DO ACUSADO
AÇÃO CONTROLADA
INFILTRAÇÃO DE AGENTES
ESTRUTURAS PÚBLICAS

BIBLIOGRAFIAS

- BILYNSKYJ, P. F. M. Crime organizado e o tratamento legislativo brasileiro. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/21856/crime-organizado-e-otratamento-legislativo-brasileiro/3>.
- BRASIL. Decreto n. 5.505, de 12 de março de 2004. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 mar. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5015.htm.
- BRASIL. Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 dez. 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm.

DISCIPLINA:

DESAFIOS ESTRATÉGICOS PARA A SEGURANÇA E DEFESA CIBERNÉTICA

RESUMO

O surgimento dos primeiros computadores, sua evolução e o advento da internet foram, e ainda são, facilitadores da criação e do consumo exponencial da informação de uma maneira cada vez mais imediata. As novas tecnologias possibilitam que a expressão dos pensamentos, bem como das ideias das pessoas, floresçam em tempo real, criando assim um ciclo que envolve a produção e o consumo do que podemos considerar como informações cibernéticas (Cordeiro Viana e Silva; Bandeira, 2016).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
A CIBERNÉTICA
O ESPAÇO CIBERNÉTICO
CIBERCULTURA
CIBERCRIMES

AULA 2

INTRODUÇÃO
SEGURANÇA CIBERNÉTICA
PRIVACIDADE CIBERNÉTICA
MANUTENÇÃO DA INTEGRIDADE DE DADOS
A GESTÃO DA SEGURANÇA, PRIVACIDADE E INTEGRIDADE DE DADOS NO
ESPAÇO CIBERNÉTICO

AULA 3

INTRODUÇÃO
COMPROMETIMENTO DA INTERNET

GOVERNANÇA

GOVERNANÇA NAS CORPORAÇÕES

RESILIÊNCIA, DISSUAÇÃO E DEFESA: A CIBERSEGURANÇA NAS CORPORAÇÕES

AULA 4

INTRODUÇÃO

POLÍTICA DE DEFESA CIBERNÉTICA BRASILEIRA

PARCERIAS INTERNACIONAIS

DOCTRINA MILITAR DE DEFESA CIBERNÉTICA (DMDC)

ESTRATÉGIA PARA GOVERNANÇA E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE DEFESA CIBERNÉTICA NO BRASIL

AULA 5

INTRODUÇÃO

INTELIGÊNCIA CIBERNÉTICA, SEGURANÇA CIBERNÉTICA E CIBERGUERRA

SITUAÇÃO DO BRASIL NO TOCANTE À SEGURANÇA CIBERNÉTICA

O SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA E DEFESA CIBERNÉTICA

QUESTÕES CRÍTICAS COM RELAÇÃO À SEGURANÇA CIBERNÉTICA

AULA 6

INTRODUÇÃO

DEFESA AMPLIADA CONTRA RANSOMWARES

FALHAS DE SEGURANÇA NAS ESTRUTURAS DE PLATAFORMAS DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM

PERSPECTIVAS DE SEGURANÇA NA INTERNET DAS COISAS (IOT)

PORTA ABERTA DOS APPS E RISCOS DA MOBILIDADE TOTAL

BIBLIOGRAFIAS

- LÉVY, P.; FRANCISCO, J. B.; OLIVEIRA, C. A emergência do cyberspace e as mutações culturais. Disponível em: <http://www.caosmose.net/pierrelevy/aemergen.html>.
- LIMA, J. L. P. P. F. et al. Defesa nacional e espaço cibernético: implicações do novo campo de batalha à soberania brasileira. p. 1–16, 2017. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xiv_cadn/defesa_nacional_e_espaco_cibernetico_implicacoes_do_novo_campo_de_batalha_a_soberania_brasileira.pdf.
- MINISTÉRIO DA DEFESA. Glossário das Forças Armadas. 2015. Disponível em: http://www.defesa.gov.br/arquivos/legislacao/emcfa/publicacoes/doutrina/md35_g_01_glossario_ffaa_5_ed_2015.pdf.

DISCIPLINA:

GESTÃO DA QUALIDADE NA SEGURANÇA PÚBLICA

RESUMO

Nesta disciplina teremos uma noção da evolução histórica da gestão da qualidade e sua implicação nas organizações públicas e privadas. Pela visão da evolução desse modelo de gestão, serão assimilados diversos conceitos e como eles podem e devem ser aplicados nas instituições e, principalmente, na gestão da segurança pública.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA QUALIDADE – PARTE I
EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA QUALIDADE – PARTE II
GENERALIDADES
PRINCÍPIOS DA GESTÃO DA QUALIDADE

AULA 2

INTRODUÇÃO
PRINCIPAIS AUTORES DA QUALIDADE PARTE I
PRINCIPAIS AUTORES DA QUALIDADE PARTE II
IMPLANTANDO A GESTÃO DA QUALIDADE NA SEGURANÇA PÚBLICA
PASSOS PARA IMPLEMENTAR UM SISTEMA DE GESTÃO PELA QUALIDADE
GENERALIDADES NA SEGURANÇA PÚBLICA

AULA 3

INTRODUÇÃO
GENERALIDADES
BENEFÍCIOS DO BPM
COMPARANDO MODELOS DE BPM
IMPLANTANDO BPM
RESULTADOS DO BPM

AULA 4

INTRODUÇÃO
GENERALIDADES
FERRAMENTAS PARA ANÁLISE DE PROCESSO
FERRAMENTAS PARA ANÁLISE ESTATÍSTICA
FERRAMENTAS PARA CONTROLE DA QUALIDADE
INDICADORES

AULA 5

INTRODUÇÃO
GENERALIDADES
FASE 1: ANÁLISE CRÍTICA
FASE 2: IMPLANTANDO A PADRONIZAÇÃO
TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO
CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

AULA 6

INTRODUÇÃO
GENERALIDADES
PRINCIPAIS CERTIFICAÇÕES
ISO 9000
OUTRAS ISO
PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE

BIBLIOGRAFIAS

- BALLESTERO-ALVAREZ, M. E. Gestão de qualidade, produção e operações. São Paulo: Atlas, 2010.

- OLIVEIRA, D. de P. R. Administração de processos: conceitos, metodologia, práticas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- PALADINI, E. P. Gestão estratégica da qualidade: princípios, métodos e processos. São Paulo: Atlas, 2009.

DISCIPLINA:
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS - ELEMENTOS EDUCACIONAIS E CULTURAIS
RESUMO
Há uma definição clássica, e até pueril, do termo “direito”, que significa exatamente aquilo que é reto, correto ou justo — e, por conseguinte, se opõe ao que é torto. Quando se traz esse debate para a lógica dos direitos humanos, não raro falácias do tipo “só é possível direitos humanos para humanos direitos” podem aparecer no discurso. Dentro dessa perspectiva, a primeira questão a se considerar é que não se trata de um direito só de quem “é correto” ou “merece” Direitos Humanos, pois a concepção dos Direitos Humanos, como a própria declaração de 1948 ilustra, é universal. Direitos não são favores, súplicas ou gentilezas. Não se pede um direito, luta-se por ele. A luta pelos Direitos Humanos é, sob esta perspectiva, uma luta pela própria humanidade. Mas cada direito corresponde a um dever — e, ao afirmar isso, não significa dizer que os Direitos Humanos têm sua eficácia por produzirem deveres, mas sim por seus efeitos na produção cultural.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO O QUE SÃO DIREITOS HUMANOS? DE ONDE VÊM OS DIREITOS HUMANOS VERTENTES DOS DIREITOS HUMANOS TENSÕES FUNDAMENTAIS DIREITOS HUMANOS À BRASILEIRA
AULA 2 INTRODUÇÃO A IMPORTÂNCIA DA DIMENSÃO CULTURAL NO ESTUDO DOS DIREITOS HUMANOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E DIREITOS SOCIAIS AS CONCEPÇÕES IDEALISTA, POSITIVISTA E CRÍTICO-MATERIALISTA DOS DIREITOS HUMANOS PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIOCULTURAIS CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE DIREITOS HUMANOS EM VIENA (1993)
AULA 3 INTRODUÇÃO ANTECEDENTES DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS (PNEDH) EIXOS ESTRUTURAIS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS (PNEDH) ASPECTOS CONJUNTURAIS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS COMPREENSÃO DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS A PARTIR DO PNEDH OBJETIVOS E DIRETRIZES DO PNEDH

AULA 4

INTRODUÇÃO

O CAMPO DA DIGNIDADE HUMANA COMO PRINCÍPIO ÉTICO DAS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS

O CAMPO DA POLÍTICA E AS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

O RETORNO A PAULO FREIRE E SUAS CONCEPÇÕES SOBRE METODOLOGIA PARTICIPATIVA

PERSPECTIVA CONCEITUAL DE CULTURA E METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

PROPOSIÇÕES SOBRE METODOLOGIA PARTICIPATIVA PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS POR BITTAR

AULA 5

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO AO DEBATE SOBRE DIREITOS HUMANOS E MÍDIAS

MAS DE QUAIS MÍDIAS ESTAMOS FALANDO?

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA “ALDEIA GLOBAL”

O DEBATE SOBRE DIREITOS HUMANOS EM UMA “CULTURA DE MASSAS”

NARRATIVAS DE VIOLÊNCIA A SERVIÇO DE QUÊ?

AULA 6

INTRODUÇÃO

COMO AS TELAS SE TRANSFORMAM EM FERRAMENTAS OU ARMAS?

AS TELAS E OUTROS APARATOS MIDIÁTICOS COMO PRODUTOS DA INDÚSTRIA CULTURAL

“SHOWRNALISMO”: QUANDO A NOTÍCIA É DESDOBRAMENTO DO ESPETÁCULO

AS RELAÇÕES MEDIADAS POR REDES SOCIAIS: OUTROS DESDOBRAMENTOS DO ESPETÁCULO?

BREVE ANÁLISE DE UM PRODUTO CULTURAL QUE DIALOGA COM A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

BIBLIOGRAFIAS

- SOUZA, J. A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato. São Paulo: Leya, 2017.
- GENRO, M; ZITKOSKI, J. Educação e Direitos Humanos numa perspectiva intercultural. Revista da Faeeba – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 23, n. 41, p. 237-245, jan/jun. 2014.
- CASTILHO, R. Direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2012.

DISCIPLINA:

CRIMINALIDADE E CRIMINALIZAÇÃO DO COMPORTAMENTO VIOLENTO

RESUMO

Nesta disciplina vamos falar sobre insegurança social, começando por alguns indicadores mundiais e nacionais, e veremos o que as ciências dizem a respeito desse complexo fenômeno da atualidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

AS IMPLICAÇÕES JURÍDICAS
ELEMENTOS PSICOLÓGICOS ENVOLVIDOS
A SOCIOLOGIA E A TRANSITORIEDADE DAS RELAÇÕES
A VULNERABILIDADE SOCIAL

AULA 2

INTRODUÇÃO
CRIMINOLOGIA
CULPABILIDADE DO AGENTE CRIMINOSO
COMPORTAMENTO CRIMINOSO E APLICAÇÃO DA LEI PENAL
CUSTOS DA CRIMINALIDADE E ALGUMAS PERSPECTIVAS

AULA 3

INTRODUÇÃO
DOS REGIMES DE CUMPRIMENTO DE PENA
O ESTADO ATUAL DOS PRESÍDIOS
A VULNERABILIDADE NO CÂRCERE
ALGUMAS PERSPECTIVAS

AULA 4

INTRODUÇÃO
COMPORTAMENTO VIOLENTO E DIREITO PENAL
VIOLÊNCIA COMO FENÔMENO SOCIAL
CRIMINALIZAÇÃO E MEDIDA DE CULPABILIDADE
VULNERABILIDADES

AULA 5

INTRODUÇÃO
PRINCÍPIOS DE DIREITO PENAL II
CULPABILIDADE
EXCLUDENTES CRIMINAIS
CRIMINALIDADE E CRIMINALIZAÇÃO

AULA 6

INTRODUÇÃO
PRINCÍPIOS DO PROCESSO PENAL (II)
ALGUNS ELEMENTOS DE PSICANÁLISE
REINCIDÊNCIA
RESSOCIALIZAR É PRECISO

BIBLIOGRAFIAS

- CERQUEIRA, D. et al. (Coord.). Atlas da violência 2018. 2018.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-V. Tradução de Aristides Volpato Cordoli, Cristiano Tschiedel Belém da Silva, Ives Cavalcante Passos, Christian Kieling e Mário Tregnago Barcellos. Porto Alegre: Artmed, 2014. 5. ed.
- ARAÚJO, Â. C.; NETO, F L. A nova classificação americana para os transtornos mentais – o DSM-5. Revista brasileira de terapia comportamental e cognitiva. São Paulo, v. 16, n. 1, 2014.

DISCIPLINA:
TEORIAS DE DIREITOS HUMANOS E SISTEMA INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO
RESUMO
Nesta disciplina, nosso enfoque maior será na compreensão geral do que se entende por direitos humanos e qual a problemática existente em torno dos variados conceitos de direitos humanos.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO DIREITOS HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS: DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS HUMANOS CLASSIFICAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS DIREITO DAS MINORIAS E OS DIREITOS HUMANOS: BREVES NOÇÕES
AULA 2 INTRODUÇÃO PRINCIPAIS DIREITOS PRINCIPAIS GARANTIAS E REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS A QUESTÃO DOS TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS E A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE
AULA 3 INTRODUÇÃO TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS DO SISTEMA GLOBAL PROTETIVO OS ÓRGÃOS DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU OS COMITÊS DE MONITORAMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU DIREITOS E DEVERES – O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL – TPI
AULA 4 INTRODUÇÃO SISTEMA EUROPEU DE DIREITOS HUMANOS SISTEMA AFRICANO DE DIREITOS HUMANOS OUTROS SISTEMAS PROTETIVOS DIÁLOGO ENTRE TRIBUNAIS E A TEORIA DA FERTILIZAÇÃO CRUZADA
AULA 5 INTRODUÇÃO A CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (PACTO DE SAN JOSÉ DA COSTA RICA) A COMISSÃO INTERAMERICANA DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS A CORTE INTERAMERICANA DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS O ACESSO DO INDIVÍDUO AO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS
AULA 6 INTRODUÇÃO OPINIÕES CONSULTIVAS DA CORTE IDH E DO BRASIL

JURISPRUDÊNCIA DA CORTE IDH CONTRA O BRASIL
CUMPRIMENTOS DA DECISÃO DA CORTE IDH
ANÁLISE DE CASO: BRASIL E A LEI DA ANISTIA

BIBLIOGRAFIAS

- BONAVIDES, P. Curso de Direito Constitucional. 31. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros Editores, 2016.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE educa. Quantidade de homens e mulheres, 2017. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidadede-homens-e-mulheres.html>.
- PIOVESAN, F. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

DISCIPLINA:

ÉTICA, DIREITOS HUMANOS E DIREITOS DA CIDADANIA

RESUMO

A presente disciplina tem por escopo investigar a interação entre a ética, os direitos humanos e os direitos da cidadania, relacionando como tais matérias podem auxiliar na gestão pública e na construção de políticas públicas assertivas e funcionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

O QUE É ÉTICA?

FUNDAMENTOS DA ÉTICA

ÉTICA NA HISTÓRIA

ÉTICA E OUTRAS CIÊNCIAS

AULA 2

INTRODUÇÃO

DIREITOS HUMANOS DE PRIMEIRA DIMENSÃO

DIREITOS HUMANOS DE SEGUNDA DIMENSÃO

DIREITOS HUMANOS DE TERCEIRA DIMENSÃO

SISTEMA INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

AULA 3

INTRODUÇÃO

DIREITOS FUNDAMENTAIS NA HISTÓRIA BRASILEIRA

CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 E CONCEPÇÃO CONTEMPORÂNEA DE DIREITOS HUMANOS

DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL: ANÁLISE EM ESPÉCIE
TRATADOS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO DIREITO INTERNO

AULA 4

INTRODUÇÃO

CONCEITOS DE CIDADANIA

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA CIDADANIA

A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NO BRASIL

EM BUSCA DA CIDADANIA PLENA

AULA 5

INTRODUÇÃO

DIREITO DAS MINORIAS: PRIVILÉGIO OU NECESSIDADE?

PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

POVOS ORIGINÁRIOS BRASILEIROS

PORTADORES DE DEFICIÊNCIAS

AULA 6

INTRODUÇÃO

AS MULHERES: VIOLÊNCIAS SIMBÓLICAS E FÍSICAS

IMIGRANTES E REFUGIADOS

POPULAÇÃO LGBT

A ÉTICA, OS DIREITOS HUMANOS E OS DIREITOS DA CIDADANIA COMO

INSTRUMENTOS DEMOCRÁTICOS

BIBLIOGRAFIAS

- BÖTTCHER, C. A. O legado ético e universalista do Direito Romano. Revista da Faculdade de Direito – Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 108, p. 155-167, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67981>.
- CACHICHI, R. C. D. As relações entre ética e política na concepção de justiça em Aristóteles. Revista CEJ, Brasília, v. 15, n. 55, p. 76-85, out./dez. 2011. Disponível em: <http://www.jf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/viewFile/1483/1524>.
- MEDEIROS, A. M. Ética e política. Sabedoria Política, abr. 2016. Disponível em: <https://www.sabedoriapolitica.com.br/etica-e-politica/>.

DISCIPLINA:

GESTÃO DE RISCOS

RESUMO

Sabemos que, nos negócios, a gestão de riscos é definida como o processo de identificação, monitoramento e gerenciamento de riscos potenciais, a fim de minimizar o impacto negativo que eles podem ter sobre uma organização. Podemos ter exemplos de riscos potenciais que incluem violações de segurança, perda de dados, ataques cibernéticos, falhas de sistema e desastres naturais. E qual é o primeiro passo? E ter um processo de gerenciamento de riscos eficaz para identificar quais riscos representam a maior ameaça para uma organização e que forneça as diretrizes para lidar com eles.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

FATORES QUE INFLUENCIAM AS ESCOLHAS DOS RISCOS

VIÉSSES DE FINANÇAS COMPORTAMENTAIS

GOVERNANÇA CORPORATIVA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE INTERNO

RISCO DE CONFORMIDADE

AULA 2

INTRODUÇÃO

ESTRATÉGIA DE NÍVEL FUNCIONAL

RISCOS ESTRATÉGICOS

ANÁLISE DE CENÁRIOS NO GERENCIAMENTO DE RISCOS

RISCO OPERACIONAL EM SERVIÇOS FINANCEIROS

AULA 3

INTRODUÇÃO

GERENCIAMENTO DE POLÍTICAS, RISCOS E COMPLIANCE

GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

RESILIÊNCIA DE GESTÃO DE RISCO

O GESTOR DE RISCO FINANCEIRO

AULA 4

INTRODUÇÃO

GESTÃO DE RISCO OPERACIONAL COM AS MELHORES PRÁTICAS

QUANTIFICANDO O RISCO OPERACIONAL

ABORDAGENS PARA APURAR O RISCO OPERACIONAL

DIRETRIZ E GESTÃO DE RISCO OPERACIONAL

AULA 5

INTRODUÇÃO

COMPONENTES DA ESTRUTURA COSO ERM

PADRÃO ISO 31000 E A ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

IMPORTÂNCIA DOS PROGRAMAS DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E RAZÕES
PELAS QUAIS ELES FRACASSAM

ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RISCOS

AULA 6

INTRODUÇÃO

PRINCIPAIS FERRAMENTAS E TÉCNICAS DE AVALIAÇÃO E GERENCIAMENTO DE
RISCOS II

KEY RISK INDICATORS & KEY PERFORMANCE INDICATORS

TENDÊNCIAS ESG EM GESTÃO DE RISCOS

GERENCIAMENTO DE RISCO ORGANIZACIONAL E A ANÁLISE PREDITIVA

BIBLIOGRAFIAS

- FRAPORTI, S.; SANTOS, J. B. D. Gerenciamento de riscos. São Paulo: Grupo A, 2018.
- MONTEIRO, M. S. A importância da gestão de riscos. Belém: Conaci, 2017.
- CORNETT, M. M.; ADAIR JR, T. A.; NOFSINGER, J. Finanças. São Paulo: Grupo A, 2013.

DISCIPLINA:

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

RESUMO

O que é segurança da informação? O conceito de segurança em si já comporta vários significados. No idioma inglês, por exemplo, isso é diferenciado: o termo security refere-se à proteção contra ameaças intencionais, enquanto que seu sinônimo reliability indica a confiabilidade, a tolerância às falhas. Já o termo safety designa a proteção ao ambiente e aos seres vivos, incluindo-se aí a proteção à saúde e à vida. A segurança da informação é a parte da ciência da informação que tem por objetivo proteger os dados, as informações e o conhecimentos de modo a preservar o valor destes para os processos, produtos e serviços das pessoas e organizações.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
SEGURANÇA NO CICLO DA VIDA DE INFORMAÇÃO
SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO SUPOSTA POR TIC
SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO CONVENCIONAL
SEGURANÇA DA TIC NA OPERAÇÃO DOS NEGÓCIOS

AULA 2

INTRODUÇÃO
GESTÃO DE RISCOS
OS PROCESSOS DA GESTÃO DE RISCOS
TRATAMENTO DOS RISCOS
GESTÃO DA CONTINUIDADE DOS NEGÓCIOS

AULA 3

INTRODUÇÃO
ÁREAS DE CONTROLE
CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO
PADRÕES DE CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO
PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO

AULA 4

INTRODUÇÃO
CRIPTOGRAFIA SIMÉTRICA
CRIPTOGRAFIA ASSIMÉTRICA
ASSINATURA DIGITAL
INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS

AULA 5

INTRODUÇÃO
MONITORAMENTO DE TRÁFEGO
REDES PRIVADAS
MALWARE
INVASÃO DE PRIVACIDADE

AULA 6

INTRODUÇÃO
GOVERNANÇA DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO
COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL
CONSCIENTIZAÇÃO, TREINAMENTO E EDUCAÇÃO
PRINCÍPIOS ÉTICOS

BIBLIOGRAFIAS

- SILVA, A. O que é TI (Tecnologia da Informação)? Adam Silva, Santo André, 19 mar. 2015. Disponível em <http://www.adamsilva.com.br/tecnologia/o-que-eti/#ixzz4yzh7smju>.
- KOLBE Jr. A. Sistemas de segurança da informação na era do conhecimento. Curitiba: InterSaberes, 2017.

- KIM, D. Fundamentos de segurança de sistemas de informação. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

